



Revista de Psicología

ISSN: 0716-8039

revista.psicologia@facso.cl

Universidad de Chile

Chile

Dias Baía, Pedro Augusto; Xavier Veloso, Milene Maria; Habigzang, Luísa F.; Dalbosco Dell'Aglio, Débora; Colino Magalhães, Celina Maria

Padrões de revelação e descoberta do abuso sexual de crianças e adolescentes

Revista de Psicología, vol. 24, núm. 1, 2015, pp. 1-19

Universidad de Chile

Santiago, Chile

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26441024010>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Padrões de revelação e descoberta do abuso sexual de crianças e adolescentes

Patterns of child and adolescent disclosure and discovery of sexual abuse

Pedro Augusto Dias Baía^a, Milene Maria Xavier Veloso^b, Luísa F. Habigzang^c, Débora Dalbosco Dell'Aglio^d e Celina Maria Colino Magalhães^b

^aTribunal de Justiça do Estado do Pará, Brasil ^bUniversidade Federal do Pará, Brasil

^cPontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

^dUniversidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo: O estudo sobre a revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes relaciona-se à prevenção primária/secundária, subsidiando intervenções neste tipo de violência. Este artigo objetivou caracterizar os padrões de revelação/descoberta do abuso sexual, verificando a associação com fatores individuais das vítimas e dos agressores (idade, sexo) e fatores relacionais (familiaridade entre vítimas e agressores, e receptor da revelação). Foram analisados 232 prontuários de abuso sexual, registrados em três serviços especializados, sendo um localizado no estado brasileiro do Pará (PA) e dois no estado do Rio Grande do Sul (RS). Os padrões de revelação/descoberta foram significativamente associados à idade e sexo das vítimas, e ao local da amostra. A revelação intencional foi mais frequente entre vítimas do sexo feminino (33.5%) e a detecção acidental foi mais frequente entre meninos (44.7%). Na amostra do PA, predominou a detecção acidental (46.9%), enquanto entre as vítimas do RS houve a prevalência da revelação intencional (31.1%). Discute-se a importância de questões como gênero, etapa de desenvolvimento e influência dos fatores culturais e estruturais nas políticas públicas de prevenção do abuso sexual.

Palavras-chave: abuso sexual, revelação, descoberta, padrões.

Abstract: The study on child and adolescent disclosure of sexual abuse is related to primary and secondary prevention, in addition to providing interventions for this type of violence. This article aims at characterizing the patterns of disclosure and discovery of sexual abuse, verifying its association to individual factors of the victims and perpetrators (age, sex) and relational factors (familiarity between victims and perpetrators, as well as with the recipient of the disclosure). The study analyzed 232 cases of sexual abuse retrieved from records of three specialized services, one service was localized in the Brazilian state of Pará (PA) and two in the state Rio Grande do Sul (RS). The patterns of disclosure and discovery were significantly associated to the age and sex of the victims, and the place of the sample (PA and RS). Intentional disclosure was more frequent among female victims (33.5%) and accidental detection was more frequent among males (44.7%). In the sample from PA, accidental detection (46.9%) was predominant, whereas among the victims from RS intentional disclosure prevailed (31.1%). The importance of issues such as gender, developmental stage and influence of cultural and structural factors in public policies to prevent sexual abuse is also discussed.

Keywords: sexual abuse, disclosure, discovery, patterns.

Pesquisa financiada através de bolsa de mestrado concedida ao Pedro Augusto Dias Baía (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará-FAPESPA, e Programa de Cooperação Acadêmica-PROCAD).

Contacto: P. A. D. Baía. Rua Magno de Araújo, N° 1876, CEP: 68.440-000, Abaetetuba-Pará, Brasil. Correio electrónico: padbaia@yahoo.com.br

Como citar: Baía, P. A. D., Veloso, M. M. X., Habigzang, L. F., Dell'Aglio, D. D. y Magalhães, C. M. C. (2015). Padrões de revelação e descoberta do abuso sexual de crianças e adolescentes. *Revista de Psicología*, 24(1), 1-19. <http://dx.doi.org/10.5354/0719-0581.2015.37007>

Introdução

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é definido como o contato ou a interação sexual entre uma criança/adolescente e alguém em estágio psicossexual mais avançado de desenvolvimento, sendo que a vítima é usada para estimulação e gratificação sexual do perpetrador. Estas interações sexuais são impostas às crianças ou aos adolescentes pela violência física, ameaças ou indução da vontade, incluindo um amplo espectro de comportamentos que variam desde relação com e sem penetração, até exploração sexual visando o lucro e a pornografia (Ministério da Saúde, 2002; WHO & ISPCAN, 2006).

A prevalência global do abuso sexual é da ordem de 11.8% (Stoltenborgh, van IJzendoorn, Euser & Bakermans-Kranenburg, 2011). Dados epidemiológicos e de meta-análise apontam que a prevalência deste tipo de violência entre os sexos é de 18% a 20% para as mulheres e de 8% para os homens (Stoltenborgh et al., 2011; WHO, 2014).

A inexistência ou inconclusividade de evidências físicas para fundamentar o abuso sexual, além da existência de múltiplos indicadores comportamentais e emocionais identificados nas vítimas, tem repercussão direta na dificuldade para identificar os casos, denunciar, responsabilizar o agressor e realizar as intervenções de saúde, assistência social e jurídica para a vítima (McElvaney, 2013; Paine & Hansen, 2002; Rieser, 1991). Neste cenário, a revelação do abuso sexual pela própria vítima ou a descoberta deste por outras pessoas, se configura, em muitos casos, como evidência primordial para promover a prevenção primária, ao diminuir as possibilidades de que outras crianças e adolescentes sejam violentadas pelo(a)

mesmo(a) agressor(a), além de impedir a revitimização (Kogan, 2004) e minimizar sequelas psicológicas e físicas, por meio do acesso das vítimas aos serviços médicos, psicológicos e outras intervenções protetivas (Kogan, 2004; Mason & Kennedy, 2014; McElvaney, 2013). No sistema de justiça, a demora para a ocorrência da revelação pela própria vítima pode comprometer inclusive a credibilidade destas como testemunhas (Smith et al., 2000).

Recentemente, Mason e Kennedy (2014) evidenciaram a importância da revelação em contextos nos quais há alta prevalência do vírus da imunodeficiência humana (HIV), a exemplo do Malawi, onde é estimado que 20% da população esteja vivendo com o vírus. Os autores explicam que a profilaxia pós-exposição (PPE) ao HIV é oferecida aos cidadãos, mas a PPE é eficaz somente nas 72 horas após a transmissão. Neste sentido, a revelação imediata ou a identificação precoce do abuso sexual significa nestes casos a potencialização do tratamento às crianças e adolescentes vítimas.

Entretanto, a maioria dos indivíduos com histórico de abuso sexual pode manter o abuso sexual em segredo por períodos longos de tempo, e alguns não revelam. O medo e a vergonha estão entre os principais fatores que contribuem para que crianças e adolescentes mantenham o abuso em segredo. Enquanto este ciclo de silêncio e violência não é interrompido, as vítimas que vivenciam o abuso por extensos períodos de tempo apresentam maiores riscos de desenvolver consequências negativas em curto, médio e longo prazo (Kendall-Tackett, Williams & Finkelhor, 1993). Assim, para criar intervenções focadas na detecção ou revelação do abuso sexual, é importante conhecer as condições

pelas quais tais descobertas ou revelações poderão ocorrer (Sepúlveda, 2010).

Padrões de revelação e descoberta do abuso sexual

A literatura apresenta algumas categorizações que descrevem os diferentes padrões pelos quais o abuso sexual poderá ser conhecido, sendo possível a revelação pela própria vítima, ou a descoberta por outros indivíduos (Bybee & Mowbray, 1993; Furniss, 1993; Kelley, Brant & Waterman, 1993; Paine & Hansen, 2002; Sauzier, 1989; Sorensen & Snow, 1991). No processo de revelação do abuso sexual, existem três principais componentes: o *discloser*: consiste na pessoa que relata a violência sexual da qual foi vítima, especificando detalhes sobre sua própria experiência; o *mensageiro* ou informante: o qual se constitui no indivíduo que apenas leva informações sobre outra pessoa, para comunicar outro indivíduo (família, amigos) ou autoridades; o *receiver* (receptor): é o indivíduo que recebe as informações relacionadas aos eventos que envolvem o *discloser*. O receptor poderá ou não tomar conhecimento do evento por meio de outras fontes, que não sejam diretamente a própria vítima, e é possível que o *discloser* tenha, ao longo do tempo e dos contextos, diferentes receptores (Lindblad, 2007).

Collings, Griffiths e Kumalo (2005) realizaram uma investigação sobre os padrões de revelações em diferentes contextos, e de que maneira estes padrões se relacionam com outros fatores associados ao abuso sexual. Deste modo, analisaram 1.737 prontuários de abuso sexual oriundos de Durban (África do Sul). Os resultados indicaram quatro principais categorias: *Revelação intencional*: revelação verbal espontânea e não

ambígua emitida pela própria vítima; *Revelação indireta*: revelação espontânea, feita por meio de declarações ambíguas por parte da vítima. Ainda que não se constitua em uma declaração explícita, pode alertar os outros acerca do abuso. É possível também que alguns comentários eliciem questionamentos por parte do ouvinte, levando a vítima a revelar; *Detecção por testemunha*: uma situação na qual o abuso sexual foi diretamente testemunhado por uma segunda parte, a qual denunciou o abuso para o cuidador ou diretamente para uma autoridade; e *Detecção incidental*: envolve situações nas quais uma segunda parte tomou conhecimento sobre o abuso a partir da observação de sinais físicos, mudanças comportamentais, alterações emocionais, levando ao questionamento da criança ou encaminhamento para um profissional, tornando-se o abuso evidente.

Em relação à prevalência destes padrões, alguns estudos apontam a revelação intencional ocorrendo em maior número (Sauzier, 1989), enquanto outros observaram que tal padrão ocorre em menor prevalência (Berliner & Conte, 1995; Collings et al., 2005).

A literatura tem produzido dados consistentes no que diz respeito à associação destes padrões de revelação com variáveis associadas às vítimas (idade, sexo), aos agressores (idade), às dinâmicas do abuso sexual (severidade da violência) e aos aspectos relacionais (familiaridade da vítima com o agressor e o indivíduo receptor da revelação). Por exemplo, Collings et al. (2005), observaram que a média de idade das vítimas que apresentaram revelação intencional ($M = 10.67$ anos) foi maior do que as das vítimas que realizaram revelações indiretas ($M = 5.84$ anos). A revelação

intencional ocorreu com maior frequência nos casos em que o agressor era mais velho, e com menor frequência quando o agressor era um membro da família. Tanto o padrão de detecção por testemunhas quanto a revelação intencional foram associados com um menor tempo para relatar o abuso sexual e foram mais frequente nos casos de abusos repetidos. Em outro estudo, Campis, Hebden-Curtis e DeMaso (1993) identificaram que os pré-escolares (idades entre 23 meses e seis anos) revelaram o abuso sexual sofrido de uma maneira accidental. Por outro lado, as crianças em idade escolar (entre sete e 17 anos) tipicamente fizeram revelações intencionais. London, Bruck, Wright e Ceci (2008), sugerem também a existência de um padrão do tipo U invertido. Ou seja, ainda que tais taxas de revelação aumentem gradativamente, desde os pré-escolares até as vítimas em idade escolar, posteriormente observa-se uma aparente diminuição entre os adolescentes.

Os estudos que investigaram relações entre o sexo das vítimas e padrões de revelação, não encontraram resultados consistentes (Bybee & Mowbray, 1993; DiPietro, Runyan & Fredrickson, 1997; Sauzier, 1989). Contudo, outros evidenciaram que as vítimas do sexo masculino são menos propensas a revelar (Gries, Goh & Cavanaugh, 1996; Keary & Fitzpatrick, 1994; Lamb & Edgar-Smith, 1994). Em um contexto de entrevista forense, Lippert, Cross, Jones e Walsh (2009) analisaram 985 casos de abuso sexual, observando-se 76% e 62% na frequência de revelação, para as meninas e os meninos, respectivamente. Os meninos e homens têm maior dificuldade em revelar o abuso sexual ou buscar tratamento, porque as regras de gênero definidas socialmente estabelecem que

os homens devem ser fortes, e que não precisam de proteção. A fraqueza masculina é associada aos traços femininos, o que é desvalorizado em uma cultura sexista (Alaggia & Millington, 2008). As baixas taxas de revelação envolvendo meninos podem levar ao pouco conhecimento sobre os padrões de revelação para esta população específica (Easton, 2013). Em um estudo realizado apenas com homens adultos com histórico de violência sexual (Easton, Saltzman & Willis, 2014) foi possível identificar três principais barreiras ao processo de revelação para este grupo de vítimas: socio-políticas (normas de gênero, a exemplo da noção de masculinidade; e baixo investimento em campanhas de prevenção do abuso sexual direcionadas às vítimas do sexo masculino); interpessoais (desconfiança em relação aos outros, medo de ser rotulado como homossexual, fatores específicos do abuso sexual, tais como a relação com o agressor, a idade, o porte físico, a reputação na comunidade e o status profissional; aspectos de proteção e segurança, e reações negativas dos outros diante da revelação); e pessoais (emoções, dificuldade para reconhecer a experiência como abuso sexual, questões associadas à identidade/orientação sexual).

No que tange à familiaridade com o agressor, as vítimas de abuso intrafamiliar são mais conscientes sobre uma possível *traição* ou punição ao parente abusador, temendo os conflitos familiares que poderão ocorrer após a revelação, bem como o cumprimento de ameaças utilizadas pelo agressor para manter o abuso em segredo (Goodman-Brown, Edelstein, Goodman, Jones & Gordon, 2003). No estudo realizado por estes últimos autores, a revelação ocorreu tardivamente nos casos de abuso intrafamiliar. As vítimas também revelaram

que se sentiam responsáveis pelo abuso sexual sofrido, e com medo das consequências negativas relacionadas ao conhecimento desta violência pelos outros. Collings et al. (2005) observaram que as formas explícitas de revelação (intencional ou detecção por testemunha) foram menos propensas de ocorrer em casos, nos quais o(a) agressor(a) era um membro familiar. Além disso, os resultados indicaram que o abuso sexual perpetrado por um membro familiar é significativamente menos provável de ser detectado por uma testemunha, o que reflete a natureza secreta do abuso, que geralmente ocorre na privacidade da residência da vítima.

A relação do receptor com a vítima também poderá ser importante para a interpretação das declarações feitas por esta última, bem como as estratégias de proteção a serem ou não efetivadas (Lindblad, 2007). Hershkowitz, Lanes e Lamb (2007) evidenciaram que 47% das vítimas (entre sete e 12 anos) revelaram primeiro para um irmão ou amigo, 43% para seus pais, e apenas 10% para outros adultos. Mais recentemente, Habigzang, Ramos e Koller (2011), em uma amostra de 40 meninas brasileiras (idades entre nove e 16 anos), observaram os seguintes receptores da revelação: pais ($n = 17$; 42.5%), outro familiar ($n = 5$; 12.5%), amigo ($n = 4$; 10%), escola ($n = 4$; 10%), outro profissional ($n = 4$; 10%), e delegacia ou conselho tutelar ($n = 2$; 5%).

A literatura revisada sugere que a revelação do abuso sexual apresenta um caráter multifacetado, possuindo dimensões intrapessoais (idade e sexo das vítimas e dos agressores), e interpessoais (familiaridade com o agressor e indivíduo receptor da revelação). As categorias de

revelação/descoberta do abuso sexual propostas por Collings et al. (2005) são úteis, uma vez que consideram tanto a vítima quanto os outros indivíduos (detecção) no processo de reconhecimento e denúncia desta forma de violência. Os casos de abuso sexual somente são notificados às autoridades competentes em decorrência da vítima ter relatado a violência sofrida, ou alguém de seu meio social (família, profissionais, por exemplo) detectar possíveis indícios ou mudanças comportamentais e físicas das vítimas, encaminhando estas aos órgãos competentes.

No Brasil, não foram identificados estudos que objetivaram caracterizar os padrões de revelação/descoberta do abuso sexual de acordo com as categorias propostas por Collings et al. (2005), e a relação destes padrões com aspectos sociodemográficos e relacionais. Neste sentido, este artigo teve como objetivo identificar os padrões de revelação/descoberta do abuso sexual por meio da análise de prontuários de casos registrados no Brasil, verificando também a relação entre tais padrões e os fatores de natureza sociodemográfica das vítimas (sexo e idade), do(a) agressor(a) (idade), e relacionais (familiaridade entre vítima e agressor, e indivíduo receptor da revelação). Considerando-se que o processo de revelação e descoberta do abuso sexual pode ocorrer de maneira diferenciada em função de aspectos contextuais e culturais (Bradley & Wood, 1996; Paine & Hansen, 2002), objetivou-se verificar se existem diferenças na ocorrência de tais padrões de acordo com a origem da amostra, optando-se assim pela coleta de dados em dois diferentes estados brasileiros (Pará-PA e Rio Grande do Sul-RS), pertencentes ao Norte e Sul do Brasil, respectivamente.

Método

Amostra

Esta pesquisa consistiu em um estudo documental de amostragem não probabilística. A amostra foi composta de 232 prontuários referentes a casos de abusos sexuais registrados entre os anos de 2009 e 2012, em três serviços de atendimento psicossocial ou psicoterapêutico às vítimas de abuso sexual no Brasil: Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), localizado no município de Abaetetuba (PA); Centro de Estudos e Pesquisa Sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-RUA/NH), localizado em Novo Hamburgo (RS); e CREAS-Viamão, localizado no município de Viamão (RS). Os dados do RS foram analisados conjuntamente, tendo em vista que os dois serviços de atendimento estão localizados na região metropolitana de Porto Alegre.

Os CREAS se constituem como serviço de proteção especial de média complexidade da Assistência Social, sendo responsável pela oferta de orientação e apoio especializado e continuado para indivíduos e famílias com seus direitos violados. Dentre suas atividades, os CREAS ofertam acompanhamento psicossocial para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. O CEP-RUA/NH caracteriza-se como um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em parceria com a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo. O projeto tem como objetivo realizar avaliações psicológicas e atendimentos psicoterapêuticos para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

Os prontuários dos serviços participantes continham: fichas de entrevista inicial, relatórios das entrevistas psicológicas, laudos/pareceres e/ou relatórios psicológicos referentes a cada um dos casos. A ficha de

entrevista inicial consistia em um documento próprio do serviço de atendimento que apresentava os seguintes dados acerca das vítimas e dos(as) agressores(as): idade, sexo, se houve ou não notificação, quem fez a notificação, quem é o indivíduo acusado de abuso sexual, qual a relação entre as vítimas e os(as) agressores(as). Os relatórios apresentavam a evolução individual dos casos e continham o registro das sessões psicológicas com as vítimas.

Os casos incluídos neste estudo contemplaram os seguintes critérios de inclusão: apresentar prontuários contendo ficha de entrevista inicial e/ou relatórios de acompanhamento do caso; prontuários nos quais a criança/adolescente compareceu a mais de três atendimentos, para garantir a inclusão de casos com o maior número de informações possíveis; e prontuários que continham informações sobre idade e sexo das vítimas e agressores(as), relação entre as vítimas e os(as) agressores(as) (intrafamiliar/extrafamiliar), e indivíduo receptor da revelação.

Instrumentos

Baseando-se nos critérios de inclusão da amostra, foi construída uma tabela para a coleta de dados, a partir do software Microsoft Excel. Esta tabela foi preenchida pelo pesquisador, de maneira a caracterizar os casos e identificar as variáveis relevantes: sexo (vítima/agressor); idade (víti-
ma/agressor); idade da vítima quando ocorreu o episódio de abuso, idade quando ocorreu a revelação e a idade no início dos atendimentos psicossociais; relação vítima e agressor (intrafamiliar/extrafamiliar); indivíduo para o qual a criança revelou (receptor); e categorização da revelação e descoberta do abuso sexual de acordo com as categorias propostas por Collings et al. (2005): revelação intencional ou indireta; detecção acidental ou por testemunha.

Essa última informação foi obtida por meio da análise dos registros que descreviam o processo de revelação.

Procedimentos

Em uma primeira fase, o projeto foi submetido para avaliação do Comitê de Ética do Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará, e recebeu parecer favorável à realização (CAAE: 03037412.7.0000.5172, parecer Nº 87.828). O estudo seguiu as normas da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (Ministério da Saúde, 2012), que regulamenta as normas aplicadas a pesquisas que envolvem, diretamente ou indiretamente, seres humanos.

Na segunda fase foram realizadas reuniões com as equipes técnicas do CREAS (Viamão-RS), do CEP-Rua (Novo Hamburgo-RS), e do CREAS (Abaetetuba-PA), a fim de esclarecer os objetivos da pesquisa, o sigilo quanto à identificação das vítimas e os procedimentos da pesquisa. Foi disponibilizado o Termo de Concordância das Instituições.

Na terceira fase, procedeu-se a análise dos prontuários e os dados oriundos foram inseridos em tabela para posterior análise. Posteriormente, em uma quarta fase, foram realizadas análises estatísticas nos *software Statistical Package for Social Sciences* (SPSS, 17.0) e Bioestat 5.0 (Bruni, 2012). O teste t foi aplicado para verificar as diferenças nas idades das vítimas entre as amostras. A Análise de Variância (ANOVA) foi empregada para analisar possíveis diferenças na idade das vítimas na época da violência sexual e na época da revelação/descoberta de acordo com os padrões. Através do teste do qui-quadrado (χ^2) foi verificada relação entre o sexo das vítimas, origem da amostra e padrões de revelação/descoberta. O resultado foi considera-

do estatisticamente significativo quando o nível descritivo (p-valor) foi menor que 0.05 (Nível de significância pré-estabelecido α igual a 5%).

Resultados

Aspectos gerais

A amostra final deste estudo foi constituída por 232 prontuários referentes a casos de abuso sexual. A tabela 1 apresenta informações sobre as vítimas, agressores(as), receptores da revelação, e padrões de revelação/descoberta nos estados brasileiros pesquisados (PA e RS).

A idade das vítimas variou entre dois a 17 anos na amostra geral. Através da aplicação do teste t de Student foi encontrada diferença significativa ($t = 3.62; p < 0.001$) entre as duas amostras (PA e RS) no que tange à idade das vítimas na época do abuso sexual e na época da revelação. Foi possível verificar que na amostra paraense a média de idade das vítimas na época do abuso sexual e também na época da revelação foi maior do que a média de idade das vítimas oriundas do Rio Grande do Sul. Houve predominância do sexo feminino na amostra, com 83.6% dos casos ($n = 194$), enquanto 16.4% ($n = 38$) corresponderam ao sexo masculino.

A idade dos agressores variou de 10 a 75 anos, sendo que tal informação foi encontrada em apenas 39.6% ($n = 92$) da amostra geral. Nos casos do PA, a média de idade dos agressores foi levemente menor que a idade dos agressores do RS ($p = 0.04$). Os(as) agressores(as) intrafamiliares corresponderam a 64.2% dos casos ($n = 149$), em comparação aos(as) extrafamiliares (25.1%; $n = 82$).

O receptor da revelação do abuso sexual foi identificado em 76.3% da amostra ($n =$

177). Destes, 63.8% ($n = 113$) foram receptores familiares e 36.2% ($n = 64$) receptores não familiares. A genitora das vítimas predominou como receptora (40.7%), seguida por indivíduos não familiares (36.2%), outros familiares (16.9%) e pelo genitor (6.2%).

O padrão de revelação/descoberta do abuso sexual foi identificado em 75% ($n = 174$) da amostra geral.

Padrões de revelação/descoberta e fatores associados

A relação entre padrões de revelação e fatores associados à vítima (idade e sexo), ao agressor (idade e familiaridade), receptor da

revelação, bem como local de origem dos casos foi verificada. A tabela 2 possibilita observar as variáveis que foram associadas significativamente aos padrões de revelação/descoberta do abuso sexual.

A análise de variância ANOVA evidenciou diferenças significativas entre as médias de idades das vítimas na época da violência sexual e na época da revelação/descoberta, com médias mais baixas quando a revelação foi do tipo indireta e medias mais altas quando foi intencional. Não foi observada associação significativa entre os padrões de revelação/descoberta e a familiaridade das vítimas com o agressor ($p = .78$) tanto no Pará quanto no Rio Grande do Sul.

Tabela 1
Médias e percentuais das variáveis de acordo com as amostras (PA e RS)

Variáveis	Local	
	PA ($n = 113$)	RS ($n = 119$)
Vítima		
Idade M (DP)		
Época do abuso	10.44 (3.44)	9.07 (2.82)
Época da revelação	10.71 (3.49)	10.49 (2.86)
Época dos atendimentos	10.79 (3.41)	11.59 (2.82)
Sexo (%)		
Feminino ($n = 194$)	82	85
Masculino ($n = 38$)	18	15
Agressores		
Idade M (DP)	29.22 (16.09)	33.71 (17.32)
Familiaridade com a vítima (%)		
Intrafamiliar ($n = 149$)	37.58	62.41
Extrafamiliar ($n = 82$)	67.07	32.92
Receptores da revelação (%)		
Familiares ($n = 113$)	65.5	34.5
Não familiares ($n = 64$)	53.1	46.9

Tabela 2*Variáveis associadas aos padrões de revelação e descoberta do abuso sexual*

Variável	Padrões de Revelação/Descoberta					Teste	P
	Intencional (n = 70)	Indireto (n = 4)	Testemunhal (n = 24)	Acidental (n = 76)	Casos não informados		
Características das vítimas							
Idade no abuso (média/dp)	10.90 (3.14)	6.50 (2.38)	8.83 (3.85)	9.51 (3.27)		$F(4, 644) = 50.5$.04
Idade na revelação (M/DP)	11.60 (2.96)	7.25 (2.21)	9.04 (3.80)	10.29 (3.20)		$F(5, 929) = 60.13$.01
Sexo							
Feminino (%)	33.5	0.5	9.3	30.4	26.3%	$\chi^2(3) = 16.30$	
Masculino (%)	13.2	7.9	15.8	44.7	18.4%		.01
Local							
Pará (%)	29.2	2.7	20.4	46.9	0.9%	$\chi^2(3) = 17.85$	
Rio Grande do Sul (%)	31.1	0.8	0.8	19.3	47.9%		.001

Considerando o sexo das vítimas, análises realizadas através do teste do qui-quadrado evidenciaram que a revelação intencional foi predominante entre as meninas, enquanto entre os meninos prevaleceu a detecção acidental, independentemente da origem dos casos. Também utilizando o teste do qui-quadrado, foi encontrada diferença significativa entre os padrões de revelação/descoberta do abuso sexual e a origem dos casos (PA ou RS), sendo que nos casos oriundos do Pará predominou a revelação acidental, enquanto no estado do Rio Grande do Sul este tipo de violência foi descoberto predominantemente por meio da revelação intencional das próprias vítimas.

Discussão

A amostra analisada neste estudo apresentou características gerais que se assemelham a pesquisas nacionais e internacionais realizadas nos últimos anos, indicando que

o maior número de casos de abuso sexual notificados envolveram vítimas do sexo feminino, no qual o(a) agressor(a) foi um membro da família, as genitoras foram as principais receptoras da revelação, e sendo estas últimas também as responsáveis pela detecção do abuso sexual ou encaminhamento dos casos aos conselhos tutelares, delegacias e CREAS (Baía, Magalhães & Veloso, 2014; Baía, Veloso, Magalhães & Dell'Aglio, 2013; Collin-Vézina, De La Sablonnière-Griffin, Palmer & Milne, 2015; Habigzang et al., 2011; Inoue & Ristum, 2008; Santos & Dell'Aglio, 2013; Schönbucher, Maier, Mohler-Kuo, Schnyder & Landolt, 2012).

No que se refere à caracterização dos padrões de revelação/descoberta, apenas 75% dos casos incluídos na amostra puderam ser categorizados. A ausência de informações pertinentes ao contexto de revelação nos documentos consultados também foi observada por Mason e Ken-

nedy (2014), em um estudo no qual as dinâmicas de revelação foram identificadas em 71% da amostra.

Nesta amostra brasileira, observou-se uma taxa superior de detecção accidental do abuso sexual, que correspondeu a 43.7% dos casos, seguida pela revelação intencional com 40.2% dos casos. Estes dados indicam que na amostra analisada, os casos de abuso sexual foram notificados após uma segunda pessoa (familiares ou profissionais, por exemplo) observar mudanças comportamentais, físicas e/ou emocionais das vítimas, levando ao questionamento destas ou encaminhamento para um profissional, sendo o abuso sexual posteriormente constatado. Tais dados são semelhantes aos da amostra sul africana de Collings et al. (2005), na qual também foi verificada a prevalência da detecção accidental em 43% dos casos, bem como da amostra de Mason e Kennedy (2014), na qual 62% das vítimas revelaram o abuso sexual apenas após terem sido questionadas.

Os padrões de revelação/descoberta foram significativamente associados à idade das vítimas na época do abuso sexual e à época da revelação/descoberta, ao sexo das vítimas, e à origem da amostra. Diferencia-se assim da categorização de Collings et al. (2005), pelo fato de não terem sido encontradas diferenças significativas destes padrões com a familiaridade das vítimas com os(as) agressores(as), e com a idade dos perpetradores.

As diferenças significativas observadas entre as idades das vítimas e os padrões de revelação são consistentes com os resultados previamente observados em outros estudos (Baía, Veloso, Magalhães & Dell'Aglio, 2013; Campis et al., 1993; Collings et al., 2005; Faller, 1988; Hershkowitz et al., 2007; Nagel,

Putnam, Noll & Trickett, 1997; Sorenson & Snow, 1991), os quais indicam que vítimas com idades superiores são mais propensas a revelar intencionalmente, comparativamente às mais novas que podem se utilizar da revelação indireta, por exemplo, ou detecção acidental. A despeito do fato deste estudo não ter encontrado associações entre familiaridade (agressor e vítima) e padrões de revelação, a literatura sugere que esta proximidade das vítimas com os agressores, principalmente quando estes coabitam o mesmo espaço doméstico, pode contribuir para a não ocorrência da revelação pelas próprias vítimas (Easton, 2013; Hershkowitz, Horowitz & Lamb, 2005; Smith et al., 2000). Nestes contextos, tópicos sobre poder, vergonha, estigma, responsabilidade e medo de possíveis repercussões negativas podem reforçar o segredo em torno da situação abusiva (Paine & Hansen, 2002), o que contribui ainda mais para a não ocorrência da revelação. Neste sentido, é possível que a familiaridade das vítimas com os agressores não esteja diretamente associada aos padrões de revelação, mas exerça um impacto indireto sobre o processo de revelação e descoberta, na medida em que grande parte das vítimas com idades inferiores a 10 anos foram alvo de perpetradores familiares nesta amostra.

Consequentemente, estas crianças tornam-se um grupo mais vulnerável a não revelação e à revitimização, em decorrência de coabitarem o mesmo espaço sócio familiar do agressor. Incide também a questão do nível de desenvolvimento cognitivo e de linguagem desta faixa etária, que pode levar a um maior retraiimento da revelação. Nestes casos, o meio social (familiares e profissionais), pode se tornar uma ferramenta na detecção da violência.

As idades das vítimas também diferiram significativamente de acordo com a origem da amostra, observando-se médias superiores para as vítimas oriundas do Pará. Considerando outros estudos (Collings et. al., 2005), era esperado que na amostra com grande ocorrência de detecção accidental, a idade das vítimas fosse inferior à amostra com prevalência da revelação intencional. No entanto, verificou-se o oposto na amostra estudada: vítima com idades superiores na detecção accidental (PA) e com idades inferiores na revelação intencional (RS). Tal tendência observada pode ser indicativo de uma maior demora para a detecção do abuso sexual na amostra pertencente ao estado do Pará, onde também foram encontrados agressores com idades inferiores aqueles pertencentes ao RS. De acordo com Collings et al. (2005), uma maior ou menor diferença de idade entre a vítima e o agressor, serve para distinguir entre formas de contato sexual abusivo daquelas consideradas como experimentação entre pares ou formas de atividade sexual consensual. Na amostra do PA, constatou-se uma menor diferença de idade entre as vítimas e os agressores. Tal cenário pode levar os receptores da revelação a não definir a situação como abusiva, e consequentemente, a ausência de suporte à revelação da vítima (Collings et al., 2005).

No que se refere ao sexo das vítimas, independente da origem da amostra (Pará ou Rio Grande do Sul), observou-se que as crianças e adolescentes do sexo feminino foram mais propensas a revelar o abuso sexual de maneira intencional, enquanto as circunstâncias de violência sexual contra vítimas masculinas foram descobertas a partir da detecção accidental. Esta tendência confirma estudos prévios realizados (Baía, Veloso, Magalhães & Dell'Aglio, 2013; Hershkowitz, Horowitz & Lamb, 2005; Lippert, Cross, Jones &

Walsh, 2009). As diferenças de gênero podem ser responsáveis por tais resultados, sendo menor o envolvimento dos meninos em contextos de revelação intencional. Em decorrência de serem predominantemente abusados por agressores do sexo masculino, os meninos apresentam maior risco de serem estigmatizados diante da vitimização sofrida. O medo de ser rotulado como homossexual pode ocasionar o retraimento destas vítimas diante da revelação (Easton, Saltzman & Willis, 2014; Faller, 1988; Goodman-Brown et al., 2003).

Os dados coletados também permitiram identificar a associação significativa entre a origem da amostra e os padrões de revelação/descoberta. Os casos oriundos do estado brasileiro do Pará apresentaram uma prevalência de detecção accidental (46.9%), enquanto no estado do Rio Grande do Sul predominou a revelação intencional (31.1%). É necessário analisar com cautela estas diferenças amostrais, uma vez que, de acordo com Collings et al. (2005) as formas explícitas de revelação (intencional ou detecção por testemunha) podem propiciar denúncias imediatas, comparadas às demais dimensões (revelação indireta ou detecção accidental). De acordo com estes autores, a primeira dimensão constitui-se em um *evento*, ao contrário da segunda dimensão que envolve um *processo de detecção* (é necessário que o meio familiar ou profissional observe mudanças físicas e comportamentais, por exemplo). Neste sentido, um *evento* (a revelação intencional ou a violência testemunhada, por exemplo) seria muito mais propenso a ser reconhecido e denunciado de maneira mais imediata do que o *processo* (Collings et al., 2005).

Sob outro aspecto, as diferenças acerca da origem da amostra sobre os padrões de

revelação podem sugerir possíveis influências culturais e estruturais que impactam a maneira pela qual o abuso sexual será descoberto ou revelado, inclusive porque na amostra geral, confirmaram-se as diferenças de sexo, as quais estão intimamente relacionadas às questões de gênero (Alaggia, 2005). As amostras estudadas são provenientes de regiões brasileiras com aspectos culturais e sociais diferenciados (crenças, percepções e atitudes acerca do abuso sexual), assim também como apresentam diferenças estruturais nos aspectos da oferta de serviços às vítimas de abuso sexual, infraestrutura, dimensões geográficas, políticas públicas, por exemplo. As normas culturais podem influenciar que o abuso sexual seja descoberto por um adulto ou revelado pela própria vítima, ou afetam a maneira pela qual as famílias denunciarão este tipo de violência para as autoridades (Fontes & Plummer, 2010). Em contextos nos quais há a incidência de atitudes negativas e tabus acerca da sexualidade, a revelação da vitimização sexual será menos propensa a ocorrer (Alaggia, 2005). Quando o abuso sexual é perpetrado por um membro familiar, a revelação poderá resultar na desestabilização deste sistema, tornando ainda mais instável a situação de vítimas que vivem em contextos que reforçam a preservação familiar (Alaggia, 2001; Paine & Hansen, 2002). Além disso, fatores estruturais tais como a discriminação, migração e a pobreza são apontados como barreiras à revelação (Fontes, 1993), pois as vítimas que são marginalizadas em decorrência da discriminação associada à raça, etnia ou pobreza, poderão sentir-se menos encorajadas para revelar o abuso sexual (Alaggia, 2005). Assim, a relação entre a área geográfica residencial das famílias e o acesso aos serviços ofertados está atrelada à questão da incidência e reações ao abuso sexual (Kenny & McEachern, 2000). Por exemplo, grande parte das vítimas de abuso

oriundas do estado do Pará eram provenientes de famílias que residiam em áreas distantes geograficamente dos serviços (ilhas ou zonas rurais).

Considerações finais

Este estudo analisou casos de abuso sexual registrados ($n = 232$) em centros de referência no atendimento às vítimas em dois estados brasileiros (Pará e Rio Grande do Sul), constituindo-se como uma amostra de casos denunciados às autoridades. Os dados encontrados apontaram que os padrões de revelação e descoberta do abuso sexual identificados (75%) foram significativamente associados à idade das vítimas na época da violência e da revelação, ao sexo das vítimas, e ao local de origem da amostra. As vítimas abaixo de dez anos de idade na época da violência sexual, apresentaram menor probabilidade de emitir uma revelação intencional, assim também como as vítimas do sexo masculino, prevalecendo nestes aspectos o processo de detecção por um familiar ou profissional. Ao contrário, em vítimas acima de 10 de idade na época da violência sexual, e do sexo feminino, há uma maior propensão à ocorrência da revelação intencional. Neste sentido, observou-se que as vítimas abaixo de dez anos de idade e do sexo masculino se constituem em um grupo vulnerável a não revelação. Tais dados repercutem sobre os programas de prevenção primária nesta temática, indicando que tais programas poderão ser mais efetivos ao incluírem outros membros da comunidade no processo de detecção, com uma possibilidade de aumentar as taxas de denúncia. Há necessidade de implementação de estratégias mais robustas para educar os(as) cuidadores(as), e profissionais de maneira geral, sobre a identificação de possíveis sinais físicos/comportamentais associados à violência sexual nestes grupos de crianças

mais vulneráveis a não revelação. Da mesma maneira, um maior estímulo às campanhas sobre a temática da revelação do abuso sexual, que focalizem o público de vítimas masculinas, priorizando discussões sobre as possíveis barreiras sociopolíticas, interpessoais e pessoais (Easton, Saltzman & Willis, 2014), associadas a este grupo são necessárias.

Por outro lado, a prevalência da detecção accidental representa um impacto sobre as possibilidades de ofertas imediatas de serviços psicoterapêuticos às vítimas de abuso sexual, e intervenção sobre as consequências psicopatológicas inerentes à situação de violência sexual vivenciada. Por se tratar de um processo de detecção, tal dimensão de descoberta está sujeita a maior tempo para a denúncia dos casos ou, inclusive, a subnotificação. Na amostra estudada, este padrão de descoberta englobou um grande número de vítimas do sexo masculino. Portanto, considerando que as vítimas masculinas apresentam menor propensão à revelação intencional, é esperado que a não ocorrência de uma detecção precoce nestes casos poderá submeter às vítimas a circunstâncias de revitimização, e agravo dos sintomas psicopatológicos, por exemplo.

Há necessidade de desenvolver políticas públicas no contexto nacional, direcionadas especificamente para a temática do processo de revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes. Observa-se que, na prática, as ações realizadas tratam do tema de uma maneira generalista, sem levar em consideração as particularidades da idade, sexo das vítimas, papel do cuidador imediato, e aspectos culturais, por exemplo. Nos últimos anos, tem sido observado no cenário nacional, um incentivo à implementação de protocolos de entrevistas investigativas para a suspeita de

abuso sexual em crianças e adolescentes, a exemplo do NIHCD (Williams, Hackbarth, Blefari, Padilha & Peixoto, 2014), assim também como a execução de projetos de não revitimização das vítimas, tal como o Depoimento Especial (Pelisoli, Dobke & Dell'Aglio, 2014). Tais ações possibilitam, na prática, a humanização e não revitimização durante as escutas especializadas, além de prevenir a sugestibilidade, falsas memórias e alegações falsas de abuso sexual. No entanto, verifica-se que há necessidade de um avanço no sentido da rede sócio assistencial e do sistema judiciário compreenderem a revelação do abuso sexual como um processo, que na maioria das vezes inicia-se no contexto informal (casa, escola), onde um membro familiar detecta as circunstâncias de violência, ou a vítima escolhe um indivíduo como receptor para a revelação. Em outros casos, a revelação pode iniciar-se após décadas, quando na fase adulta, a vítima consegue relatar a violência.

Os aspectos associados ao *como* ocorreu a revelação da violência sexual têm implicações para a prática de entrevistas com crianças e adolescentes vítimas que são encaminhadas aos profissionais da rede socioassistencial e do sistema de justiça. A abordagem recomendada por Collings et al. (2005) destaca a necessidade de avaliar se a revelação é caracterizada como um evento ou um processo. Segundo esses autores, o padrão de revelação que se constitui como um evento pode exigir apenas uma entrevista única com a vítima, ou o uso de protocolos padronizados, por exemplo. Ao contrário, o padrão caracterizado como um processo poderá envolver múltiplas entrevistas, protocolos de entrevistas mais flexíveis, e habilidades clínicas do entrevistador (construção do rapport, suporte emocional, por exemplo), tendo em vista sua maior complexidade.

Por fim, é necessário avaliar como as políticas públicas de prevenção e intervenção nos casos de abuso sexual estão sendo conduzidas nas diferentes regiões do país. Por exemplo, os CREAS são implantados de acordo com o número de habitantes e isto tem implicações significativas para o acompanhamento das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, uma vez que após a denúncia podem não receber o cuidado necessário.

As diferenças verificadas quanto à origem da amostra podem orientar o desenvolvimento de investigações futuras acerca dos aspectos culturais e/ou estruturais que possam agir como facilitadores ou dificultadores para o processo de revelação do abuso sexual. Um delineamento longitudinal poderá avaliar o desenvolvimento psicosocial das vítimas e as dinâmicas familiares ao longo das diversas fases de desenvolvimento destas crianças e adolescentes, buscando compreender: de que maneira os padrões de revelação poderão se diferenciar dependendo das dinâmicas culturais e estruturais daquele contexto; se a forma como o abuso foi revelado ou descoberto poderá impactar o processo de intervenção para as vítimas ou determinar a entrada destas crianças e adolescentes na rede de atendimento especializado; e se o suporte materno ou familiar oferecido à vítima poderá ser afetado pela maneira como o abuso foi descoberto ou revelado.

Esta pesquisa apresentou limitações. A primeira refere-se à utilização de uma amostra de casos denunciados às autoridades, e como tal, estes não são necessariamente representativos dos padrões de revelação que ocorrem na população em geral. Estudos sobre a revelação do abuso sexual realizados a partir de amostras probabilísticas extraídas da população geral (Smith et al., 2000), indicam que, embora mais da metade das vítimas revelem a vio-

lência para alguém, em algum momento de suas vidas, apenas uma parcela mínima destes casos são denunciados às autoridades. Por este motivo, pesquisas futuras poderão ser realizadas com amostras mais extensas, extraídas da população em geral.

Uma segunda limitação provém do emprego de uma metodologia documental, que embora tenha sido útil para contemplar os fatores examinados (idade e sexo das vítimas, características dos agressores, relação agressor-vítima, receptor da revelação, e formas de revelação/descoberta), não possibilitou o exame de aspectos qualitativos que permitissem compreender, por exemplo, a percepção das vítimas sobre a revelação, fatores pessoais e interpessoais facilitadores ou bloqueadores, emoções e pensamentos associados, aspectos da relação entre as vítimas e os receptores da revelação, e fatores de ordem sociocultural (crenças, valores familiares e religiosos, por exemplo). Pesquisas realizadas diretamente com as vítimas, a partir de entrevistas semiestruturadas, poderão elucidar tais aspectos. Recentemente, alguns estudos, utilizando-se do método direto de entrevista com as vítimas (McElvaney, Greene & Hogan, 2014) observaram os seguintes fatores influenciando a revelação: medo de não ser acreditado, vergonha e auto culpa, ameaças feitas pelo agressor, senso de responsabilidade, medo das consequências para si mesmo e para os outros, por exemplo. Do mesmo modo, tal método evidenciou em um outro estudo, a influência de barreiras em relação ao mundo social que impactam o processo de revelação, tais como a estigmatização, tabus da sexualidade, carência de serviços, e período cultural (Collin-Vézina et al., 2015).

A caracterização dos padrões de revelação/descoberta do abuso sexual permitiu traçar um perfil de como este tipo de violência transita do silêncio para a denún-

cia, em amostras extraídas de dois estados brasileiros (Pará e Rio Grande do Sul). Este percurso não é linear, pois se caracteriza por uma dependência interacional entre as características das vítimas (sexo, idade), o indivíduo escolhido como confidente (receptor), e o contexto (cultural e estrutural) no qual estes estão inseridos. O conhecimento sobre as diversas formas

pelas quais o abuso sexual pode ser descoberto ou revelado possibilita aos profissionais que lidam com esta demanda uma maior compressão sobre as dinâmicas do abuso sexual, considerando fatores de ordem individual e contextual, e pode fornecer subsídios para trabalhos de avaliação e intervenção com essa população.

Referências

- Alaggia, R. (2001). Cultural and religious influences in maternal response to intrafamilial child sexual abuse: Charting new territory for research and treatment. *Journal of Child Sexual Abuse, 10*(2), 41-60.
http://dx.doi.org/10.1300/J070v10n02_03
- Alaggia, R. (2005). Disclosing the trauma of child sexual abuse: A gender analysis. *Journal of Loss & Trauma, 10*(5), 453-470.
<http://dx.doi.org/10.1080/15325020500193895>
- Alaggia, R. & Millington, G. (2008). Male child sexual abuse: A phenomenology of betrayal. *Clinical Journal of Social Work, 36*(3), 265-27.
<http://dx.doi.org/10.1007/s10615-007-0144-y>
- Ayres M., Ayres J. M., Ayres D. L., & Santos A. S. (2007) BioEstat 5.0: Aplicações estatísticas nas áreas das ciências biológicas e médicas. Belém-Pará: Sociedade Civil Mamirauá, CNPq.
- Baía, P. A. D., Magalhães, C. M. C., & Veloso, M. M. X. (2014). Caracterização do suporte materno na descoberta e revelação do abuso sexual. *Temas em Psicologia, 22*(4), 691-700.
<http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.4-02>
- Baía, P. A. D., Veloso, M. M. X., Magalhães, C. M. C., & Dell'Aglio, D. D. (2013). Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: negação, retratação e fatores associados. *Temas em Psicologia, 21*(1), 193-202.
<http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.1-14>
- Berliner, L. & Conte, J. R. (1995). The effects of disclosure and intervention on sexually abused children. *Child Abuse & Neglect, 19*(3), 371-384.
- Bybee, D. & Mowbray, C. T. (1993). An analysis of allegations of sexual abuse in a multivictimday-care center case. *Child Abuse & Neglect, 17*(6), 767-783.
[http://dx.doi.org/10.1016/S0145-2134\(08\)80007-5](http://dx.doi.org/10.1016/S0145-2134(08)80007-5)
- Bradley A. R. & Wood J. M. (1996). How do children tell? The disclosure process in child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect, 20* (9), 881-891.
[http://dx.doi.org/10.1016/0145-2134\(96\)00077-4](http://dx.doi.org/10.1016/0145-2134(96)00077-4)
- Bruni, A. L. (2012). *SPSS - Guia prático para pesquisadores*. São Paulo: Editora Atlas.

- Campis, L. B., Hebden-Curtis, J., & DeMaso, D. R. (1993). Developmental differences in detection and disclosure of sexual abuse. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 32(5), 920-924.
<http://dx.doi.org/10.1097/00004583-19930900000005>
- Collings, S. J., Griffiths, S., & Kumalo, M. (2005). Patterns of disclosure in child sexual abuse. *South African Journal of Psychology*, 35(2), 270-285.
<http://dx.doi.org/10.1177/008124630503500207>
- Collin-Vézina, D., De La Sablonnière-Griffin, M., Palmer, A. M., & Milne, L. (2015). A preliminary mapping of individual, relational, and social factors that impede disclosure of childhood sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 43, 123-34.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.chabu.2015.03.010>
- DiPietro, E. K., Runyan, D. K., & Fredrickson, D. D. (1997). Predictors of disclosure during medical evaluation for suspected sexual abuse. *Journal of Child Sexual Abuse*, 6(1), 133-142. http://dx.doi.org/10.1300/J070v06n01_09
- Easton, S. D. (2013). Disclosure of child sexual abuse among adult male survivors. *Clinical Social Work Journal*, 41(4), 344-355.
<http://dx.doi.org/10.1007/s10615-012-0420-3>
- Easton, S. D., Saltzman, L. Y., & Willis, D. G. (2014). "Would you tell under circumstances like that?": Barriers to disclosure of child sexual abuse for men. *Psychology of Men & Masculinity*, 15(4), 460-469.
<http://dx.doi.org/10.1037/a0034223>
- Faller, K. C. (1988). The myth of the "collusive mother". *Journal of Interpersonal Violence*, 3(2), 190-196.
<http://dx.doi.org/10.1177/088626088003002005>
- Fontes, L. A. (1993). Disclosures of sexual abuse by Puerto Rican children: Oppression and cultural barriers. *Journal of Child Sexual Abuse*, 2(1), 21-35.
http://dx.doi.org/10.1300/J070v02n01_02
- Fontes, L. A. & Plummer, C. (2010). Cultural issues in disclosures of child sexual abuse. *Journal of Child Sexual Abuse*, 19(5), 491-518.
<http://dx.doi.org/10.1080/10538712.2010.512520>
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Goodman-Brown, T. B., Edelstein, R. S., Goodman, G. S., Jones, D. P. H., & Gordon, D. S. (2003). Why children tell: A model of children's disclosure of sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 27(5), 525-540. [http://dx.doi.org/10.1016/S0145-2134\(03\)00037-1](http://dx.doi.org/10.1016/S0145-2134(03)00037-1)
- Gries, L. T., Goh, D. S., & Cavanaugh, J. (1996). Factors associated with disclosure during child sexual abuse assessment. *Journal of Child Sexual Abuse*, 5(3), 1-20.
http://dx.doi.org/10.1300/J070v05n03_01
- Habigzang, L. F., Ramos, M. S., & Koller, S. H. (2011). A revelação de abuso sexual: As medidas adotadas pela rede de apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), 467-473.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722011000400010>

- Habigzang, L. F., Damásio, B. F., & Koller, S. H. (2013). Impact evaluation of a cognitive behavioral group therapy model in Brazilian sexually abused girls. *Journal of Child Sexual Abuse*, 22(2), 173-190.
<http://dx.doi.org/10.1080/10538712.2013.737445>
- Hershkowitz, I., Horowitz, D., & Lamb, M. E. (2005). Trends in children's disclosure of abuse in Israel: A national study. *Child Abuse & Neglect*, 29(11), 1203-1214.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.chab.2005.04.008>
- Hershkowitz, I., Lanes, O., & Lamb, M. E. (2007). Exploring the disclosure of child sexual abuse with alleged victims and their parents. *Child Abuse & Neglect*, 31(2), 111-123.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.chab.2006.09.004>
- Inoue, V. & Ristum, M. (2008). Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. *Estudos de Psicologia*, 25(1), 11-21.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2008000100002>
- Keary, K. & Fitzpatrick, C. (1994). Children's disclosure of sexual abuse during formal investigation. *Child Abuse & Neglect*, 18(7), 543-548.
[http://dx.doi.org/10.1016/0145-2134\(94\)90080-9](http://dx.doi.org/10.1016/0145-2134(94)90080-9)
- Kendall-Tackett, K. A., Williams, L. M., & Finkelhor, D. (1993). Impact of sexual abuse on children: A review and synthesis of recent empirical studies. *Psychological Bulletin*, 113(1), 164-180.
<http://dx.doi.org/10.1037/0033-2909.113.1.164>
- Kenny, M. C. & McEachern, A. G. (2000). Racial, ethnic, and cultural factors of childhood sexual abuse: A selected review of the literature. *Clinical Psychology Review*, 20(7), 905-922. [http://dx.doi.org/10.1016/S0272-7358\(99\)00022-7](http://dx.doi.org/10.1016/S0272-7358(99)00022-7)
- Kelley, S. J., Brant, R., & Waterman, J. (1993). Sexual abuse of children in day care centers. *Child Abuse & Neglect*, 17(1), 71-89.
[http://dx.doi.org/10.1016/0145-2134\(93\)90010-3](http://dx.doi.org/10.1016/0145-2134(93)90010-3)
- Kogan, S. M. (2004). Disclosing unwanted sexual experiences: Results from a national sample of adolescent women. *Child Abuse & Neglect*, 28(2), 147-165.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.chab.2003.09.014>
- Lamb, S. & Edgar-Smith, S. (1994). Aspects of disclosure: Mediators of outcome of childhood sexual abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, 9(3), 307-326.
<http://dx.doi.org/10.1177/088626094009003002>
- Lindblad, F. (2007). Reflections on the concept of disclosure. In M. E. Pipe, M. E. Lamb, & A. C. Cederborg (Eds.), *Child sexual abuse: Disclosure, delay and denial* (pp. 77-96). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Lippert, T., Cross, T. P., Jones, L., & Walsh, W. (2009). Telling interviewers about sexual abuse: Predictors of child disclosure at forensic interviews. *Child Maltreatment*, 14(1), 100-113.
<http://dx.doi.org/10.1177/1077559508318398>

- London, K., Bruck, M., Wright, D. B., & Ceci, S. J. (2008). Review of the contemporary literature on how children report sexual abuse to others: Findings, methodological issues, and implications for forensic interviewers. *Memory*, 16(1), 29-47.
<http://dx.doi.org/10.1080/09658210701725732>
- Mason, C. & Kennedy, N. (2014). Sexual abuse in Malawi: Patterns of disclosure. *Journal of Child Sexual Abuse*, 23(3), 278-289.
<http://dx.doi.org/10.1080/10538712.2014.888119>
- McElvaney, R. (2013). Disclosure of child sexual abuse: Delays, non-disclosure and partial disclosure. What the research tells us and implications for practice. *Child Abuse Review*, 24(3), 159-169.
<http://dx.doi.org/10.1002/car.2280>
- McElvaney, R., Greene, S., & Hogan, D. (2014). To tell or not to tell? Factors influencing young people's informal disclosures of child sexual abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, 29(5), 928-947.
<http://dx.doi.org/10.1177/0886260513506281>
- Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. (2002). Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde. Brasília. Recuperado de
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/notificacao_maustratos_criancas_adolescentes.pdf
- Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. (2012). Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Recuperado de
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html
- Nagel, D., Putnam, F., Noll, J., & Trickett, P. (1997). Disclosure patterns of sexual abuse and psychological functioning at a 1-year follow-up. *Child Abuse & Neglect*, 21(2), 137-147.
[http://dx.doi.org/10.1016/S0145-2134\(96\)00139-1](http://dx.doi.org/10.1016/S0145-2134(96)00139-1)
- O'Leary, P., Coohey, C., & Easton, S. D. (2010). The effect of severe child sexual abuse and disclosure on mental health during adulthood. *Journal of Child Sexual Abuse*, 19(3), 275-289.
<http://dx.doi.org/10.1080/10538711003781251>
- Paine, M. L. & Hansen, D. J. (2002). Factors influencing children to self-disclose sexual abuse. *Clinical Psychology Review*, 22(2), 271-295.
[http://dx.doi.org/10.1016/S02727358\(01\)00091-5](http://dx.doi.org/10.1016/S02727358(01)00091-5)
- Pelisoli, C., Dobke, V., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Depoimento especial: para além do embate pela proteção das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Temas em Psicologia*, 22(1), 25-38.
<http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.1-03>
- Rieser, M. (1991). Recantation in child sexual abuse cases. *Child Welfare*, 70(6), 611-621.
- Santos, S. S. & Dell'Aglio, D. D. (2013). O processo de revelação do abuso sexual na percepção de mães. *Psicologia: Teoria e Prática*, 15(1), 50-64.

- Sauzier, M. (1989). Disclosure of child sexual abuse: For better or worse. *Psychiatric Clinics of North America*, 12(2), 455-469.
- Schönbucher, V., Maier, T., Mohler-Kuo, M., Schnyder, U., & Landolt, M. A. (2012). Disclosure of child sexual abuse by adolescents: A qualitative in-depth study. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(17), 1-28.
<http://dx.doi.org/10.1177/0886260512445380>
- Sepúlveda, C. C. (2010). Desvelación del abuso sexual en niños y adolescentes: un artículo de revisión. *Revista Chilena de Psiquiatría y Neurología de la infancia y adolescencia*, 21(1), 44-56.
- Sorensen, T. & Snow, B. (1991). How children tell: The process of disclosure in child sexual abuse. *Child Welfare*, 70(1), 3-13.
- Smith, D., Letourneau, E. J., Saunders, B. E., Kilpatrick, D. G., Resnick, H. S., & Best, C. L. (2000). Delay in disclosure of childhood rape: Results from a national survey. *Child Abuse & Neglect*, 24(2), 273-287.
[http://dx.doi.org/10.1016/S0145-2134\(99\)00130-1](http://dx.doi.org/10.1016/S0145-2134(99)00130-1)
- Stoltenborgh, M., van IJzendoorn, M. H., Euser, E. M., & Bakermans-Kranenburg, M. J. (2011). A global perspective on child sexual abuse: Meta-analysis of prevalence around the world. *Child Maltreatment*, 16(2), 79-101.
<http://dx.doi.org/10.1177/1077559511403920>
- Williams, L. C. A., Hackbarth, C., Blefari, C. A., Padilha, M. G. S., & Peixoto, C. E. (2014). Investigação de suspeita de abuso sexual infantojuvenil: o protocolo NICHD. *Temas em Psicologia*, 22(2), 415-432.
<http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.2-12>
- World Health Organization, WHO, & International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect, ISPCAN. (2006). Preventing child maltreatment: A guide to taking action and generating evidence. Recuperado de
http://whqlibdoc.who.int/publications/2006/9241594365_eng.pdf
- World Health Organization, WHO. (2014). *Child Maltreatment* (Fact sheet # 150). Recuperado de
<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs150/es/>

Fecha de recepción: 12 de marzo de 2015
Fecha de aceptación: 27 de mayo de 2015